

OPINIÃO

EDITORIAL

A permuta da discórdia e a falta de transparência

A Prefeitura de Ribeirão Preto anunciou, nos últimos dias, a intenção de transferir a sede administrativa para o prédio do Colégio Marista, na região central da cidade, em uma operação que prevê a permuta do imóvel por um terreno público na região da Avenida Braz Olaia Acosta. Trata-se de uma alternativa à construção do Centro Administrativo projetado pela administração Duarte Nogueira, que seria construído na zona Nordeste da cidade.

O projeto, encaminhado à Câmara, aponta valores que suscitam dúvidas: o Marista é avaliado em R\$ 57,2 milhões, enquanto o terreno municipal aparece estimado em R\$ 39,6 milhões — um ganho patrimonial na casa de R\$ 17,5 milhões para os cofres públicos sem desembolso direto, pelo menos na conta oficial.

Na prática, entretanto, a teoria é outra. Há quem diga, no meio imobiliário, que a área cedida pelo município, no metro quadrado mais caro da cidade, pode faacilmente ultrapassar os R\$ 120 milhões, se não houver amarras para empreendimentos imobiliários.

Além do valor, chama a atenção a rapidez com que o assunto ganhou trâmite e a carência de documentos públicos acessíveis que expliquem a metodologia de avaliação, os laudos técnicos e os critérios que justificam a troca. Em uma democracia madura, negócios que envolvem patrimônio público exigem transparência absoluta: pareceres de avaliação, estudos de impacto urbanístico e ambiental, memórias de cálculo e eventuais laudos de viabilidade financeira devem estar disponíveis para a população e para os vereadores.

O debate público se aprofunda quando se compara o preço do terreno com cotações de mercado e anúncios imobiliários da própria Avenida Braz Olaia Acosta, onde lotes com metragens semelhantes têm preços que variam significativamente — indício de que a avaliação oficial precisa ser detalhada e justificada.

A cidade tem o direito de saber por que um ativo foi precificado em R\$ 39,6 milhões e qual foi o critério para se considerar o imóvel do Marista equivalente ao montante de R\$ 57,2 milhões.

Mas a falta de transparência na gestão municipal vai muito além dessa operação imobiliária. O Jornal Ribeirão revelou recente-

mente uma denúncia gravíssima: advogados empregados em cargos comissionados e de alta chefia na administração municipal seguem atuando em causas particulares — inclusive contra a própria Prefeitura. Trata-se de um evidente conflito de interesse que fere a ética pública, compromete a lisura administrativa e expõe o município a riscos jurídicos e morais. É inadmissível que servidores nomeados para defender o interesse público utilizem seus cargos para litigar em benefício próprio ou de terceiros.

Diante disso, é urgente que o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as controladorias internas atuem com firmeza. O caso exige apuração imediata e punição exemplar. Nenhuma gestão pode ser levada a sério quando quem deveria zelar pelo patrimônio público o transforma em palco de interesses privados.

Falta também clareza sobre cronogramas, custos previstos para adaptação do prédio à nova função pública e eventuais ônus que poderiam recair sobre o erário no futuro. Circulam nas redes relatos e interpretações diversas, e quantias apresentadas nas peças oficiais não afastam o sentimento de que decisões relevantes estão sendo tomadas em ambiente opaco — o que corrói a confiança e abre espaço para suspeitas e contestações jurídicas.

O caminho mínimo para recompor a confiança é simples: a Prefeitura deve publicar, imediatamente, os laudos de avaliação dos imóveis envolvidos, os critérios adotados para a permuta, estudos de viabilidade e o impacto orçamentário detalhado. Deve também promover audiências públicas e permitir que órgãos de controle — Ministério Público, Tribunal de Contas e controladorias internas — acessem toda a documentação em tempo real. Transparência não é favor: é obrigação.

Enquanto as respostas não chegam, resta à sociedade civil, à oposição e à imprensa manter a vigilância. Reformas administrativas e mudanças de sede podem ser legítimas, mas só serão legítimas de fato se vierem acompanhadas de explicações técnicas e jurídicas que o cidadão possa conferir. Sem isso, o que se anuncia como modernização corretiva tende a se transformar em vitrine sem contas — bonita por fora, obscura por dentro.

OPINIÃO DO LEITOR

Estarrecedor a reportagem do Jornal Ribeirão que mostra uma advogada atuando dentro da prefeitura e para seu cliente particular. Mostra bem como as coisas funcionam em Ribeirão

Jacinto Minossi, Jardim Olhos d'Água

NOVAS IDEIAS

O significado do Nobel da Paz de 2025

MAURÍLIO BIAGI



A ESCOLHA DE MARÍA CORINA MACHADO COMO VENCEDORA DO PRÊMIO NOBEL DA PAZ DE 2025 É UM DAQUELES RAROS MOMENTOS EM QUE O MUNDO PARECE ENCONTRAR UM CONSENSO MORAL, AINDA QUE MUITOS TENTEM DESFIGURÁ-LO COM DISCURSOS IDEOLÓGICOS.

A líder venezuelana, de 58 anos, reconhecida por sua luta pacífica pela democracia e pelos direitos humanos em um país sufocado pela tirania, representa não apenas a resistência política, mas o espírito humano que se recusa a se curvar diante da injustiça.

Maria Corina tem pago um preço alto por essa coerência: foi impedida de disputar as eleições, chegou a ser presa por um período e atualmente vive escondida em seu próprio país, desde que contestou amplamente o resultado das eleições presidenciais ocorridas em julho de 2024, marcadas pela falta de transparência e que deram, sem provas, a reeleição ao presidente Nicolás Maduro. O resultado não é reconhecido internacionalmente. Portanto, sua arma é a palavra, sua força é a convicção e seu objetivo, a liberdade. Esses valores, de tão simples, tornam-se subversivos em regimes autoritários, mas são essenciais para promoverem a paz.

Porém, o que mais chama atenção neste prêmio é a reação que ele provocou. Tanto setores da esquerda quanto da direita apressaram-se em tachar a decisão do Comitê Norueguês do Nobel de “política”. E talvez aí resida justamente a prova de que não foi. Será que quando extremos opostos concordam em criticar uma escolha, não seria um sinal de que ela atingiu um ponto de equilíbrio ético, acima das disputas partidárias e das narrativas ideológicas?

Eu acredito que sim. A crítica simultânea dos dois polos, que raramente se encontram em qualquer coisa, mostra que o Nobel de 2025 não premiou uma ideologia, mas um princípio: o direito inegociável de um povo de viver em liberdade e sob o império da lei.

Vivemos tempos em que a coragem cívica é confundida com radicalismo, e a defesa da democracia é tratada como provocação. María Corina Machado resgata a ideia de que a paz verdadeira não é o silêncio imposto pela força, mas a convivência construída em cima do respeito às diferenças.

Ao laureá-la, o Comitê Norueguês do Nobel não tomou partido de um grupo político, mas de um valor universal. Premiar quem luta, de forma pacífica, contra a opressão é reafirmar que a dignidade humana não tem cor, fronteira ou ideologia.

Como li em um comentário que me marcou sobre esta escolha: “Quando a coragem incomoda igualmente a todos os lados, é porque ela é autêntica.” Esse talvez seja o maior significado do Nobel da Paz de 2025. E talvez também um recado para nós, brasileiros.

Quando o debate público se torna refém de paixões cegas e de narrativas que transformam adversários em inimigos, a democracia começa a adoecer. A história mostra que os radicalismos, de qualquer natureza, não constroem, apenas dividem. O exemplo venezuelano é um alerta claro do que pode acontecer quando o diálogo cede lugar à intolerância e a política deixa de ser um espaço de encontro para se tornar um campo de guerra, mesmo que seja só de narrativas. Ainda há tempo de escolhermos outro caminho.

* é empresário

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

▪ Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

▪ Banca do Denis - R. Otavio Golfeto, 326

▪ Banca Saudade - Av. Saudade S/N

▪ Banca Paulista - Av. Independência, 1680

▪ Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

▪ Banca Balieiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

▪ Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

▪ Banca Solange - Av Pres. Vargas, 25 - Esq. Av R. Nove De Julho

▪ Banca Camões - Praça Camões S/N

▪ Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

▪ Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

▪ Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

▪ Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

▪ Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

▪ Banca Sete de Setembro - Praça

▪ Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

▪ Banca Oficce Center - Av Portugal, 1760

▪ Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

▪ Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N

▪ Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

▪ Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

▪ Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)